

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE CURVELO – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
VANDA LÚCIA HORTA MOREIRA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 15-11-1990
Data de implantação do PJe: 27-8-2015

Jurisdição: Curvelo, Augusto de Lima, Biquinhas, Buenópolis, Corinto, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Pineiras, Presidente Juscelino Santo Hipólito e Três Marias.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 29-10-2020, p. 7.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 20-2-2019

Às 13 horas do dia dez de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na Vara do Trabalho de Curvelo, situada na Rua Desembargador Elias Pinto, nº 310, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Vanda Lúcia Horta Moreira**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Elimary Borba Nascimento; os servidores Alessandra Ribeiro Silva, Ariane Silveira Nascimento Meneses, Charlene da Silveira Moreira, Dawson Marcos de Souza, Flávia Rodrigues Vita, Leandro Soares Rocha, Luciana Erthal Barroso, Marcelo Alves Mendes, Márcio Ribeiro de Souza, Nórton Gomes, Pedro Henrique Macedo, Suely Campos, Suely Nunes de Sá, Wagner Meneses; a estagiária Thalita Soares Santos.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.644 processos, distribuídos neste ano até o dia 29-10-2020, apurando-se a média de 8,5 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 63 cartas precatórias, dentre elas 25 executórias, até o dia 29-10-2020, das quais 34 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 415 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 153 processos foram remetidos neste ano até o dia 29-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 82 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 10 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 1.192 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 58 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 16 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010036/20: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

0011290/16, 0001033/15, 0010129/17: sobrestados pendentes do julgamento de outras ações.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Curvelo - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	29,57	29,86	32,05	29,70	27,33

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	104
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	404
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	79

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	38
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	4

2017	9	3
2018	52	2
2019	170	1
2020 – ano de referência	354	
TOTAL	587	0,53

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 29-10):

Processo	Tarefa
0011290-73.2016.5.03.0056	Aguardando final do sobrestamento
0011442-24.2016.5.03.0056	Aguardando final do sobrestamento
0010129-91.2017.5.03.0056	Aguardando final do sobrestamento
0010431-23.2017.5.03.0056	Aguardando final do sobrestamento
0010449-44.2017.5.03.0056	Elaborar sentença
0010833-07.2017.5.03.0056	Aguardando prazo
0010872-04.2017.5.03.0056	Aguardando audiência
0010894-62.2017.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0011592-68.2017.5.03.0056	Aguardando prazo
0011849-93.2017.5.03.0056	Aguardando prazo
0011851-63.2017.5.03.0056	Aguardando audiência
0010422-27.2018.5.03.0056	Aguardando audiência
0010510-65.2018.5.03.0056	Aguardando cumprimento de acordo
0010779-07.2018.5.03.0056	Aguardando audiência
0010828-48.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010829-33.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010837-10.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010839-77.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010848-39.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010850-09.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	717

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	370

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	571

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando	Saldo de processos do item 62 no final do	0

	prolação de sentença	período de referência	
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	79

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Curvelo - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	83,87	61,07	46,22	70,06	68,38

Existem 672 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 426 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 13 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 233 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- não processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 29/10/2020

No ano anterior, até dia 29/10/2019 – havia 789 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 462 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 36 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 291 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 20-10):

Processo	Tarefa
0068700-41.2006.5.03.0056	PETIÇÃO PARA JUNTADA

0144700-14.2008.5.03.0056	PROCESSO ENVIADO AO TRT - OUTROS
0040600-18.2002.5.03.0056	PROCESSO ENVIADO AO TRT - RECURSOS
0010388-57.2015.5.03.0056	Aguardando final do sobrestamento
0010174-66.2015.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010345-23.2015.5.03.0056	Aguardando audiência
0010259-52.2015.5.03.0056	Aguardando término dos prazos
0010428-39.2015.5.03.0056	Aguardando prazo
0010135-35.2016.5.03.0056	Conclusão ao magistrado
0011394-65.2016.5.03.0056	Conclusão ao magistrado
0010128-43.2016.5.03.0056	Aguardando prazo
0011082-89.2016.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0010352-15.2015.5.03.0056	Análise
0010920-94.2016.5.03.0056	Aguardando prazo
0010704-70.2015.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010731-53.2015.5.03.0056	Aguardando prazo
0010921-79.2016.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010923-49.2016.5.03.0056	Conclusão ao magistrado
0010886-22.2016.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0010922-64.2016.5.03.0056	Aguardando prazo

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Decisões execução	2019	2020
01-JANEIRO	14	12
02-FEVEREIRO	23	16
03-MARÇO	21	9
04-ABRIL	23	286
05-MAIO	14	13
06-JUNHO	42	10
07-JULHO	33	11
08-AGOSTO	36	143
09-SETEMBRO	16	20
10-OUTUBRO	48	33
Totais	270	553

Decisão por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
IURI PEREIRA PINHEIRO						1				
JUCILEA LAGE DIAS RODRIGUES					13	2				
SOFIA FONTES REGUEIRA									16	4
VANDA LUCIA HORTA MOREIRA	11	16	9	286		7	11	142	3	29
Totais	11	16	9	286	13	10	11	142	19	33

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	52	49
02-FEVEREIRO	69	77
03-MARÇO	63	44
04-ABRIL	83	198
05-MAIO	96	48
06-JUNHO	66	84
07-JULHO	42	129
08-AGOSTO	71	76
09-SETEMBRO	66	155
10-OUTUBRO	64	95
Totais	672	955

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 29-10-2020, existem 63 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	18
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	8
Tutelas Provisórias Pendentes	37
Total	63

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e

recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 10-11-2020 havia 9 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 2 processos;
- b) **instrução**: 4 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento**: 1 processo.
- e) **tentativa de conciliação na fase de execução**: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010832/19, 0011511/19, 0010606/20, 0011078/19, 0011304/18, 0078300/05, 0011715/20, 0011716/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 6-11-2020, 9 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 2 processos.

Exame dos autos dos processos 0011232/20, 0011615/20, 0011656/20, 0011645/20, 0011248/20, 0011714/20, 0011713/20, 0011408/20, 0011595/20, 0011619/20, 0011290/16, 0001033/15, 0010036/20, 0010129/17, 0011242/20, 0011523/20, 0011539/20, 0011303/20, 0010282/20, 0011500/20, 0011471/20, 0011293/19, 0011559/20, 0011501/20, 0010557/20, 0010207/20, 0011689/19, 0011618/20, 0010864/20, 0011823/19, 0011287/18, 0011355/20, 0011853/19, 0011528/19, 0011489/20, 0011358/20, 0010490/19, 0010621/20, 0011835/19, 0010491/19, 0010150/19, 0010235/18, 0010750/18, 0010864/19, 0010719/19, 0010709/19, 0011524/19, 0010491/19, 0011598/19, 0010676/16, 0010683/18, 0010594/17, 0010973/18, 0010995/19, 0010828/20, 0011349/20, 0010737/20, 0010747/20, 0010815/20, 0010749/20, 0010785/20, 0010795/20, 0010739/20, 0010768/20, 0010986/18, 0010350/19, 0011309/20, 0010955/19, 0010352/19, 0010353/19, 0010707/19, 0010007/15.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011242/20, 0011523/20, 0011539/20, 0011303/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000325-75.2012.5.03.0056	Aguardando prazo
0000518-56.2013.5.03.0056	Aguardando prazo
0000773-77.2014.5.03.0056	Arquivo provisório
0001539-72.2010.5.03.0056	Aguardando prazo
0010044-71.2018.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0010509-80.2018.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0010513-54.2017.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0011348-08.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0011456-71.2017.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0011711-24.2020.5.03.0056	Aguardando prazo
0011802-22.2017.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0011821-28.2017.5.03.0056	Aguardando cumprimento de acordo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010896-95.2018.5.03.0056	Cumprimento de Providências
0011277-06.2018.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0011452-68.2016.5.03.0056	Aguardando prazo
0011478-27.2020.5.03.0056	Aguardando audiência
0011597-22.2019.5.03.0056	Aguardando audiência
0011659-28.2020.5.03.0056	Aguardando prazo
0011660-13.2020.5.03.0056	Aguardando audiência
0011661-95.2020.5.03.0056	Aguardando audiência
0011662-80.2020.5.03.0056	Aguardando audiência
0011663-65.2020.5.03.0056	Aguardando audiência

0011664-50.2020.5.03.0056	Aguardando audiência
0011780-61.2017.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior
0011905-63.2016.5.03.0056	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	27	22	46
Instrução processo físico	1.559	1.370	-
Instrução processo eletrônico	168	105	110

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	24	16	26/11/2020 – 13 dias
Procedimento Ordinário	14	16	01/12/2020 – 16 dias
Instrução	131	122	01/06/2021 – 116 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 29-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	1.600	91

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-

		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	192	113

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	5	3.871
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	216	1.740
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	9	3.230
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	206

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	29	0,1
Julgados procedentes em parte	353	1,5
Julgados improcedentes	152	0,6
Extintos com resolução de mérito	5	0,02

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	539	2,3
Extintos sem resolução de mérito	30	0,1
Arquivamento	121	0,5
Desistência	57	0,2
Outras decisões sem exame de mérito	0	0
Total sem exame de mérito	208	0,9
Decisões de conhecimento	747	3,2
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	152	0,6
Decisões na fase de execução	36	0,1
Total	935	4,1

No ano de 2020, até o dia 29-10, com 192 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Até 29-10-20	Média dia/útil
Julgados procedentes	16	0,08
Julgados procedentes em parte	115	0,5
Julgados improcedentes	55	0,2
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	188	0,9
Extintos sem resolução de mérito	15	0,07
Arquivamento	90	0,4
Desistência	105	0,5
Outras decisões sem resolução de mérito	3	0,01

Total sem resolução de mérito	213	1,1
Decisões de conhecimento	401	2,08
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	93	0,4
Decisões na fase de execução	23	0,1
Total	517	2,6

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	11	0,5
Conciliação em execução	5	0,2
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	59	2,9
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	47	2,3
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	34	1,7
Una/Una (rito sumaríssimo)	67	3,3
Total	164	8,2

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 35 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10:

Conciliações por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	37	39	4	1	1	1

02-FEVEREIRO	84	50	1	3	3	1
03-MARÇO	67	138		1	2	2
04-ABRIL	61	485	7	5		1
05-MAIO	98	110		1	2	
06-JUNHO	43	71	16		1	3
07-JULHO	59	104	3	7		4
08-AGOSTO	99	180	3	2		6
09-SETEMBRO	59	34	6	4		1
10-OUTUBRO	64	36	3	3	2	1
Totais	671	1247	43	27	11	20

Conciliações por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										1
IURI PEREIRA PINHEIRO						4				
LUCILEA LAGE DIAS RODRIGUES				1	111	8				
SOFIA FONTES REGUEIRA									26	1
VANDA LUCIA HORTA MOREIRA	41	54	141	490		62	115	188	13	38
Totais	41	54	141	491	111	74	115	188	39	40

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 20-10):

Audiência	2019	2020
01-JANEIRO	103	116
02-FEVEREIRO	316	171
03-MARÇO	197	245
04-ABRIL	199	
05-MAIO	277	2
06-JUNHO	164	88
07-JULHO	291	252
08-AGOSTO	292	372
09-SETEMBRO	227	207
10-OUTUBRO	193	165
Totais	2259	1618

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI									1
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS								1	
IURI PEREIRA PINHEIRO							3		
LUCILEA LAGE DIAS RODRIGUES				2					
SOFIA FONTES REGUEIRA								167	22
VANDA LUCIA HORTA MOREIRA	116	171	245		88	252	369	39	142
Totais	116	171	245	2	88	252	372	207	165

Foram realizadas 47 audiências de 1-11-2020 até o dia 8-11-2020 e designadas 194 de 9-11-2020 até do dia 30-11-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 20-10):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	74	75
02-FEVEREIRO	183	85
03-MARÇO	138	187
04-ABRIL	118	533
05-MAIO	141	141
06-JUNHO	95	85
07-JULHO	141	148
08-AGOSTO	165	249
09-SETEMBRO	118	64
10-OUTUBRO	126	75
Totais	1299	1642

Sentença por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
IURI PEREIRA PINHEIRO						4				
LUCILEA LAGE DIAS RODRIGUES				15	141	10				
MARCELO MARQUES		1								
SOFIA FONTES REGUEIRA									43	20
VANDA LUCIA HORTA MOREIRA	75	84	187	518		71	148	249	21	55
Totais	75	85	187	533	141	85	148	249	64	75

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	898	1074
02-FEVEREIRO	1532	1123
03-MARÇO	1306	1997
04-ABRIL	1833	903
05-MAIO	1651	1506
06-JUNHO	1366	1773
07-JULHO	1205	1825
08-AGOSTO	1647	1661
09-SETEMBRO	1345	1628
10-OUTUBRO	1745	1465
Totais	14528	14955

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 10 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 29-10
Processos recebidos	1.333	1.724	1.644
Média por dia útil	5,9	7,5	8,5
Processos remanescentes do ano anterior	614	595	680
Sentenças anuladas	14	6	1
Total de processos para	1.961	2.325	2.325

solução			
Processos solucionados	1.410	1.810	1.642
Processos conciliados	717	1.063	1.241
Produtividade	71,90%	77,84%	70,62%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 29,3% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 5,9%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	1.241
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.642

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.642
--------------	--	-------

Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	1.647
-----------	--	-------

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	151
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	530

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	717
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.659

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	571
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	278

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.659
----------------------------------	--	-------

Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	278
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	15

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	717
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	571
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	15

Perfil da Vara do Trabalho		Curvelo - 01a Vara		
Indicadores / Período de referência	Ano 2019	1º trim	2º trim	3º trim
	01/01/2019 a	2020 01/04/2019	2020 01/07/2019	2020 01/10/2019

		31/12/2019	a 31/03/2020	a 30/06/2020	a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,28	0,65	0,60	0,60
	I02 - Pendentes	1.454	1.758	1.599	1.656
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	7,14	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	127,75	106,02	88,87	84,66
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	143,77	135,30	127,47	128,97
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.570,13	1.544,57	1.494,90	1.637,73
	I07 - Taxa de conciliação (%)	58,65	62,77	72,59	75,77
	I08 - Taxa de solução (%)	104,40	87,97	97,13	99,59
	I13 - Taxa de execução (%)	143,14	152,46	282,12	311,98
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	27,23	35,38	27,16	23,68
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	70,06	71,01	68,38	63,48
	I11 - Produtividade por servidor	135,00	135,93	162,40	169,80
I12 - Pendentes por servidor	88,67	109,67	95,87	84,67	
Meso	Acervo	0,23	0,30	0,59	0,31
	Celeridade	0,30	0,28	0,25	0,29
	Produtividade	0,47	0,56	0,39	0,30
	Congestionamento processual	0,64	0,71	0,55	0,42
	Força de trabalho	0,49	0,53	0,40	0,29
Macro	IGEST	0,4254	0,4752	0,4372	0,3203
Posição IGEST		85	104	81	19

Movimentação processual

1501 a 2000

1501 a
2000

1501 a
2000

1501 a
2000

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.827.693,1	R\$114.385,42

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/1997, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 2/2014, que dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes assistidas por advogado, por meio de telefone; 1/2017, que trata do cumprimento de mandados judiciais por meio eletrônico, bem assim sobre a obrigatoriedade da parte de fornecer o itinerário para viabilizar o cumprimento de ordens judiciais e dá outras providências.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,57% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste

Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 98,39%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,87%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 131,13% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 87,94% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,08%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 82,78% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 87,46% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 127,75 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 76,96%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 86,42 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) envidados esforços para a redução do prazo de designação de audiências de instrução;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente e a Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

9) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atenuação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta. OU cumprido o artigo 7º da Resolução Conjunta, n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata também do uso do aplicativo WhatsApp Business;

10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bb?>

cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia dez de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 166/2020, publicado no DJe 29-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806

Assinado de forma digital por Maristela Iris da Silva Malheiros:30831806
Dados: 2020.11.16 19:04:12 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.10 17:22:47 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria